

"A investigação demonstrou que os investigados, desde o final do segundo turno, colocaram em execução um plano para subverter o estado democrático de direito" Conclusão da Polícia Federal citada na petição do ministro Alexandre de Moraes

"Vamos buscar acesso ao inquérito, do que se trata. Por enquanto está uma incógnita aqui. Não tenho acesso ao aue é. qual o motivo da busca e apreensão e o que está sendo investigado. Me perseguem o tempo todo" Jair Bolsonaro

Ex-presidente do Brasil

"Não tem limite a vontade de tentar trazer o presidente Jair Bolsonaro para um cenário político que ele jamais concordou"

Fábio Waingarten Ex-chefe da Secretaria de Comunicação Social e advogado de Bolsonaro

os ministros do STF Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo a PF, por sugestão de Bolsonaro, apenas o decreto de prisão de Moraes foi mantido. As mensagens foram trocadas após uma reunião de oficiais supostamente aliados ao plano golpista em Brasília, no final de novembro de 2022.

'PROFESSORA'. Segundo a investigação, já havia até data para a prisão de Moraes. O documento aponta que no "planejamento operacional descrito pelo General Virgílio (Laércio Virgílio, general de brigada reformado), a prisão desse relator seria executada no dia 18/12/2022, em sua residência em São Paulo".

Conforme o despacho que autorizou a operação da PF, aliados do ex-presidente monitoravam a agenda e os deslocamentos do ministro do Supremo. Ao reproduzir diálogo entre Marcelo Câmara, ex-assessor especial de Bolsonaro, e Cid, a PF aponta que o codinome "professora" foi utilizado para fazer referência a Moraes. Nas conversas, a dupla - que fazia parte de um núcleo de inteligência formado por assessores próximos ao presidente - citava compromissos, em que cidade a pessoa estava e até dados de geolocalização.

A operação da PF de ontem é um desdobramento de investigações e da colaboração premia-da de Cid. O ex-ajudante de ordens da Presidência disse à PF que Filipe Martins-então assessor especial de Assuntos Internacionais do governo-foi o resonsável por entregar nas mãos de Bolsonaro a "minuta de gol-pe de Estado". Com a minuta, diz Cid, o ex-presidente teve a iniciativa de levar o documento à alta cúpula das Forças Armadas e discutiu com os comandantes a aplicação do plano.

Martins e Câmara foram presos na ação policial. Os agentes federais prenderam também Rafael Martins de Oliveira, major das Forças Especiais do Exército. As prisões são preventivas.

## Na sede do PL Documento encontrado pode implicar ainda mais Bolsonaro em estratégia para ruptura institucional

Durante a diligência na sede do Partido Liberal, a PF encontrou na sala do ex-presidente um documento que pode implicá-lo ainda mais numa possível estratégia para a ruptura institucional. A suspeita é de que se tratava de um rascunho de pronunciamento que Bolsonaro iria fazer à Nação, em rede nacional, detalhando os motivos e argumentos para a decretação de um estado de sítio e uso da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O documento aumenta as suspeitas sobre a participação do ex-presidente em articulações golpistas, em suposto conluio com oficiais de alta patente das Forças Armadas.

Também alvo da Operação Tempus Veritatis, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, foi preso em flagrante por porte ilegal de arma de fogo. Os policiais também apreenderam uma pepita de ouro de 39,18 gramas com o dirigente (mais informações na pág. A11).

VÍDEO. A PF encontrou ainda, em um computador apreendido com Mauro Cid, a gravação de uma reunião entre Bolsonaro, seus ministros e assessores, em iulho de 2022. Na ocasião, o presidente cobra dos auxiliares iniciativas para desacreditar as urnas eletrônicas. "Eu vou entrar em campo usando o meu Exército, meus 23 ministros", afirma o ex-presidente na reunião.

De acordo com a investigação da PF, participaram do encontro os então ministros Anderson Torres (Justiça), Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Braga Netto. A reunião tinha como finalidade cobrar dos presentes "conduta ativa na promoção da ilegal desinformação e ataques à Justiça Eleitoral", diz a investigação. A investida da PF que

atingiu Bolsonaro e um núcleo de aliados próximos ocorreu nove dias após o vereador do Rio Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho do ex-presidente, ser alvo de operação que apura suspeita de uso indevido da estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Um dos endereços abordados foi a mesma casa de veraneio de Bolsonaro, em Angra dos Reis, onde Carlos esava com o pai.

Em entrevista à Coluna do Estadão, Bolsonaro disse não saber o motivo da ser alvo da operação da PF de ontem. "Vamos buscar acesso ao inquérito, do que se trata. Por enquanto, está uma incógnita aqui. Não tenho acesso ao que é, qual o motivo da busca e apreensão e o que está sendo investigado", afirmou o ex-presidente. "Me perseguem o tempo todo (mais in-

formações na pág. A10)."
O advogado Fábio Wajngarten, ex-chefe da Secreta ria de Comunicação Social do governo Bolsonaro, que agora defende o ex-presidente, disse que o documento encontrado na sede do PL é "apócrifo" e que o padrão "não condiz com tradicionais e reconhecidas falas e frases" de Bolsonaro. "Não tem limite a vontade de tentar trazer o presidente Jair Bolsonaro para um cenário político que ele jamais concordou", afirmou Wajngarten. ● RAYSSA MOTTA, RU-BENS ANATER, FAUSTO MACEDO, PEPITA OR-TEGA, KARINA FERREIRA E JULIANO GALISI

# Mudar o ensino militar para banir maquinações contra a democracia

# **ANÁLISE**

### DIOGO SCHELP



fato verdadeiramente inédito criado pela Operação Tempus Veritatis de ontem é que ela colocou a Polícia Federal no encalço de militares de alta patente, todos suspeitos de participar de uma conspiração para promover um golpe de Estado, desrespeitando o resultado da eleição presidencial de 2022. Na lista estão 16 militares, entre os quais quatro generais e um almirante que tiveram funções de destaque durante o governo de Jair Bolsonaro.

Há um longo caminho a ser percorrido após a análise do material coletado nos endereços dos investigados, mas as evidências que embasaram a operação são contundentes: incluem, por exemplo, conversas em aplicativo de mensagem e vídeos de reuniões que mostram maquinações bastante evidentes contra a ordem democrática.

Se for comprovada a culpa dos envolvidos, haverá o desafio de puni-los com a lei, muito recente, que substituiu a obsoleta Lei de Segurança Nacional, e que tipifica como crimes, por exemplo, as tentativas de golpe de Estado e de abolição do estado democrático de direito. Atenção para a palavra "tentativa". Ou seja, os atos de planejar e agir com o propósito de impedir o "exercício dos Poderes constitucionais" ou de promover um golpe já configuram crimes, não é preciso que eles atinjam seu objetivo.

Se os militares afetados pela operação da PF vierem de fato a se tornar réus e forem condenados, teremos mais um fato histórico - o Brasil tem uma tradição de anistiar militares golpistas, com base na convicção de que a punição pode alimentar o ressentimento da caserna e criar novos problemas mais à frente. Isso ocorreu na presidência de Juscelino Kubitschek e também na transição do regime militar para a atual fase democrática.

Uma eventual punição de militares de alta patente, contudo, não será o bastante para eliminar a gestação de aspirações golpistas nas Forças Armadas. O Brasil precisa reforçar o controle civil sobre os militares, como fizeram outras democracias mais consolidadas, e isso passa não apenas pela aprovação de regras que os afastem da interferência na política, como a PEC que pretende proibir os oficiais da ativa de participar de eleições ou do alto escalão do governo, mas também por uma reformulação no ensino militar.

O que os militares em formação aprendem nas instituições do Exército, por exemplo, estimula a mentalidade de que têm um papel de salvadores da Pátria não apenas na defesa externa, mas também internamente, no campo político. A doutrina de contrainsurgência contra grupos políticos dos tempos do regime militar ainda tem influência nas Escolas Militares e sequer a questão de 31 de março de 1964 está pacificada. Enquanto prevalecer na cúpula das Forças Armadas, e portanto nos quartéis, o entendimento de que o que ocorreu naquela data foi uma revolução e não um golpe de Estado, não será possível confiar que os militares aceitam plenamente o controle civil sobre eles.

#### Perspectiva Sem autocrítica, militares estarão sempre contaminados pela cultura do intervencionismo

Durante o governo Bolsonaro, permitia-se a comemoração aberta do golpe que deu início à ditadura militar como um "movimento" que fez muito bem ao País. O general Braga Netto, um dos que agora foram alvos da operação PF, quando se tornou ministro da Defesa, em 2021, afirmou que "devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março" como um movimento que salvou o País de ameaças reais à democracia. O general Hamilton Mourão, então vice de Bolsonaro, definiu 31 de março como uma "revolução", uma "intervenção no processo político" para conter, entre outras coisas, o "caos social" e que resultou em um "regime que empreendeu as maiores reformas de sua história"

Enquanto não houver nas fileiras das Forças Armadas uma autocrítica em relação ao seu real papel e impacto na história recente do País, a formação das novas gerações de militares será sempre contaminada pela ideia de salvacionismo político e pela cultura do intervencionismo. E essa não é a função dos militares em uma democracia.

JORNALISTA, ANALISTA POLÍTICO E COLUNISTA DO 'ESTADÃO'